Revista GeoUECE

A lógica de desenvolvimento, impacto ambiental e a atual situação alimentar dos indígenas Akwẽ-Xerente

Cássia Araújo Moraes Braga
Instituto Federal do Tocantins

Reijane Pinheiro da Silva
Universidade Federal do Tocantins

Reilane Carvalho Machado dos Santos
Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Este artigo pretende apresentar dados sobre a atual situação alimentar do povo indígena Akwẽ-Xerente, resultado da lógica de desenvolvimento e impacto ambiental em que estão inseridos. Os dados compõem uma pesquisa de campo em andamento com aproximações etnográficas realizada entre o povo indígena Akwẽ-Xerente, do Tocantins-Brasil. A pesquisa, de base qualitativa, está em fase de coleta de dados, usando como procedimento técnico a realização de entrevistas semiestruturadas visando compreender se as políticas públicas implementadas para Segurança Alimentar entre o povo indígena Akwẽ-Xerente consideram a diversidade étnica que caracteriza suas práticas culturais alimentares, saberes e interpretações. Esse estudo tem apresentado questões importantes para debate e reflexão sobre as mudanças climáticas experimentadas nos últimos anos no Brasil e sobre as experiências dos povos indígenas, uma vez que eles estão sentindo os efeitos desses impactos ambientais há anos. Neste artigo, apresentamos dados preliminares da pesquisa, dialogando com os estudos de Kopenawa e Albert (2015), Lopes (2023), Brum (2021) e Alcantara e Sampaio (2017), que abordam as consequências da lógica de desenvolvimento nos modos de vida dos indígenas e ainda sugerem estratégias de mudança de pensamento necessário para o século.

Palavras-chave: Povos indígenas; Impacto ambiental, Lógica de desenvolvimento; Mudanças climáticas; Insegurança alimentar.

The logic of development, environmental impact and the current food situation of the Akwẽ-Xerente indigenous

ABSTRACT

This article aims to present data on the current food situation of the Akwẽ-Xerente indigenous people, a result of the development logic and environmental impact in which they are inserted. The data comprise an ongoing field research with ethnographic approaches carried out among the Akwẽ-Xerente indigenous people, from Tocantins-Brazil. The qualitative-based research is in the data collection phase, using semi-structured interviews as a technical procedure to understand whether the public policies implemented for Food Security among the Akwẽ-Xerente indigenous people consider the ethnic diversity that characterizes their cultural practices. food, knowledge and interpretations. This study has presented important questions for debate and reflection on the climate changes experienced in recent years in Brazil and on the experiences of indigenous peoples, as they have been feeling the effects of these environmental impacts for years. In this article, we present preliminary data from the research, in dialogue with the studies by Kopenawa and Albert (2015), Lopes (2023), Brum (2021) and Alcantara

and Sampaio (2017), which address the consequences of the logic of development in ways of life of the indigenous people and also suggest strategies for changing the thinking necessary for the century.

Keywords: Indian people; Environmental impact, Development logic; Climate changes; Food insecurity.

La lógica del desarrollo, el impacto ambiental y la situación alimentaria actual de los indígenas Akwẽ-Xerente

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar datos sobre la situación alimentaria actual del pueblo indígena Akwẽ-Xerente, resultado de la lógica de desarrollo e impacto ambiental en la que se encuentra inserto. Los datos comprenden una investigación de campo en curso con enfoques etnográficos realizada entre el pueblo indígena Akwẽ-Xerente, de Tocantins-Brasil. La investigación de base cualitativa se encuentra en fase de recolección de datos, utilizando entrevistas semiestructuradas como procedimiento técnico para comprender si las políticas públicas implementadas para la Seguridad Alimentaria entre el pueblo indígena Akwẽ-Xerente consideran la diversidad étnica que caracteriza sus prácticas culturales. conocimientos e interpretaciones. Este estudio presentó importantes cuestiones para el debate y la reflexión sobre los cambios climáticos experimentados en los últimos años en Brasil y sobre las experiencias de los pueblos indígenas, que vienen sintiendo los efectos de estos impactos ambientales desde hace años. En este artículo presentamos datos preliminares de la investigación, en diálogo con los estudios de Kopenawa y Albert (2015), Lopes (2023), Brum (2021) y Alcantara y Sampaio (2017), que abordan las consecuencias de la lógica de desarrollo en los modos de vida de los pueblos indígenas y también sugerir estrategias para cambiar el pensamiento necesario para el siglo.

Palabras clave: Gente India; Impacto ambiental, Lógica del desarrollo; Cambios climáticos; Inseguridad alimentaria.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento intitulada “As políticas públicas de Segurança Alimentar e o povo indígena Akwẽ-Xerente”. A escolha metodológica é o estudo etnográfico e a coleta de dados tem sido realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os indígenas. Neste artigo compõem dados de oito entrevistas realizadas na Aldeia Porteira, a 85 Quilômetros (KM) de Palmas, capital do Tocantins. A pesquisa de campo tem como propósito compreender o conceito de Segurança Alimentar e seus desdobramentos conforme a perspectiva indígena; com o intuito de romper com o viés de políticas públicas elaboradas para pessoas que residem nos centros urbanos e implementadas entre os povos indígenas sem considerar os contextos socioculturais diversos.

O conceito de Segurança Alimentar, estabelecido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), relaciona a alimentação adequada como um direito humano fundamental inerente à dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado adotar políticas e ações para promovê-lo. Desse modo, a Segurança Alimentar e Nutricional é definida pela LOSAN em seu Art. 3º como a:

> [...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Para Kepple e Segall-Corrêa (2011) esse conceito envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. Envolve ainda várias áreas como a economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras. E constitui em um grande desafio para a realidade brasileira, uma vez que só é possível compreender essa problemática se considerar todas essas áreas mencionadas, mesmo que cada uma delas tenham a suas próprias perspectivas e marcos teóricos.

Com base nisso, a insegurança alimentar nem sempre significa carências nutricionais e suas consequências físico-biológicas, considerando que já existem evidências da relação da insegurança alimentar moderada com o sobrepeso e obesidade[1], relacionadas com o aumento do consumo de alimentos de baixo custo com alta densidade calórica; transtornos alimentares decorrentes da ansiedade e incerteza; e, adaptações metabólicas a períodos de jejum constantes (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A Escala Brasileira de Insegurança alimentar (EBIA) define a insegurança alimentar em três níveis: Insegurança Alimentar leve (ocorre quando há incerteza na garantia do alimento); Insegurança Alimentar moderada (ocorre quando a qualidade e a variedade dos alimentos estão comprometidas); e, Insegurança Alimentar grave (ocorre quando não são consumidos alimentos durante um dia inteiro ou mais) (AZEVEDO; RIBAS, 2016).

Em busca de dados sobre essa conceituação de Segurança Alimentar na perspectiva indígena, a pesquisa de campo iniciou-se no mês de novembro de 2023, que compreende o começo do período chuvoso no estado do Tocantins. Entretanto, estávamos vivendo uma onda de muito calor em todo o Brasil[2], onde a sensação térmica em alguns estados estava em torno dos 52,7º. Em consonância, as entrevistas começaram a apresentar dados sobre o impacto dos programas de desenvolvimento já implantados na região do Tocantins, próximos às aldeias; e isso traz uma reflexão sobre os efeitos das mudanças climáticas que o Brasil está vivenciando e sobre o quão importante é ouvirmos a experiência dos povos indígenas.

Cabe considerar que falar de segurança alimentar para este povo em estudo vai além de compreender sobre nutrientes, quantidades e até mesmo qualidade. É importante considerar a

[1] "O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (2019) alerta para o aumento da obesidade entre maiores de 18 anos, subindo de 19,9%, em 2012, para 22,3% em 2016. Os dados revelam que há no Brasil uma correlação estatística entre insegurança alimentar e obesidade. Os motivos para esse aumento da obesidade são relacionados ao fato de que os alimentos saudáveis se tornaram mais caros do que comida rica em gordura, açúcar ou sal (geralmente industrializada) em economias emergentes como a do Brasil, sendo que este tipo de alimento menos nutritivo, porém mais barato, torna-se mais acessível para a população de baixa renda" (Schappo, 2021, p. 36).

[2] "esta será a quarta onda de calor que o Brasil vive no segundo semestre deste ano e poderá ser mais forte do que as onda de calor de agosto, setembro e de outubro de 2023", segundo o portal G1. (https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/13/onda-de-calor-sem-precedentes-no-brasil-o-que-acontece-com-o-corpo-sob-temperaturas-extremas.ghtml).

relação com o ambiente em que estão situados, o impacto no sistema alimentar e a situação que todos estamos sentindo por conta do impacto ambiental. Desse modo, este artigo vai além de apresentar a situação de vulnerabilidade alimentar do povo Akwẽ, ele nos mostra o quanto o povo indígena é fundamental para a preservação ambiental do Brasil.

QUEM É O POVO INDÍGENA AKWẼ-XERENTE?

Os Akwẽ-Xerente vivem no município de Tocantínia – TO, a 76 Km de Palmas, capital do Tocantins, região norte do Brasil, sendo aproximadamente 93 aldeias, com aproximadamente 4.500 pessoas (SCHMIDT, 2022). Vivem em duas Terras Indígenas (TIs), sendo a TI Funil e TI Xerente, entre o rio Tocantins, margem esquerda, e rio Sono, margem direita.

Os Akwẽ-Xerente fazem parte da família Jê. A família Jê é dividida em três grupos: os Jê do Norte, sendo representados pelos Canela, os Timbira que moram no cerrado do Maranhão, os Apinayé, e ainda os Kayapó do Norte, Kayapó do Sul e os Suyá, linguisticamente ligados a este grupo; os Jê Central, representados pelos Xerente; e os Jê do Sul, que são os Kaingang e Aweikoma no sudeste do Brasil. Os Jê Central são divididos em dois ramos: os Akroá e os Akwẽ. Os Akwẽ são representados pelos Xakriabá, os Xavante e os Xerente (NIMUENDAJÚ, 1942).

A estrutura social dos Xerente é composta por metades patrilineares, patrilocais e exógamicas, relacionadas com o Sol e a Lua. São duas metades, a metade *Siptató* (*Dohi* ou *dói*), que está relacionada com o Sol e a metade *Sdakrã* (*Isake* ou *wairi*), relacionada com a Lua. Uma metade era localizada no lado sul e a outra no lado norte de cada aldeia, em forma de ferradura. Cada metade tinha três clãs, depois, um quarto foi adicionado posteriormente. Os clãs da metade *Siptató* são: *Kuzà*, *Ĩšibdú* e *Kbazipré*. E os clãs do *Sdakrã* são: *Krẽprehi*, *Ĩsaure*, *Ĩsruríe*. Os dois clãs adicionados são: o povo *Prasé* à metade *Siptató*, e o povo *Krozaké* à metade *Sdakrã*. Além disso, existiam quatro associações de homens e uma sociedade de mulheres solteiras. A forma de organização de cada aldeia era composta pelo Conselho de Anciãos, no qual o título de *wawẽ* (ancião) era concedido aos membros com cerca de 45 a 50 anos de idade; eles tinham o dever de preservar as cerimônias, como o Grande Jejum e a festa da máscara do tamanduá, nomear líderes e serem consultados sobre praticamente tudo relacionado à organização da aldeia (NIMUENDAJÚ, 1942).

Algumas contribuições de pesquisadores contemporâneos nos fizeram perceber as mudanças ocorridas na organização Xerente. Schroeder (2006) ressalta que os Xerente reconhecem os três clãs da metade *Dohi* (*dói* ou *siptato*), sendo o *Kuzâ*, o *Kbazi* e o *Krito*, contudo, os da metade *Ĩsake*, ora eles nomeiam de *Wahirê*, ora de *Krozake*. Este autor, por meio de seu estudo etnográfico, organiza as metades e os clãs da seguinte forma: a metade *Ĩsake* é composta pelos clãs *Wahiarê/Krãiprehi*, *Krozake/Wahiwarĩp* e *Wahiarê/Kukaurê*. E a metade *Dohi* é composta pelos clãs *Kuzâ*, *kbazi* e *Krito*.

Existem regras sociais que estabelecem direitos e deveres entre as metades e seus clãs. Os clãs e as linhagens são patrilineares, ou seja, passam de pai para filho, de avô paterno para neto, em que os nomes e pinturas corporais possibilitam distinguir cada membro na organização

social. O povo Xerente ainda se organiza de forma que favorece a reciprocidade entre as metades, ou seja, uma metade pinta a outra metade, em um ato de reconhecimento das alianças e obrigações recíprocas (SCHMIDT, 2011).

Em relação à organização das aldeias, Silva (1994) afirma que antes elas eram delimitadas de forma que simbolizava o próprio universo nelas. Todavia, Araújo (2016) esclarece que a forma de construir as aldeias foi alterada significativamente e substituída pelo modelo de organização das pequenas cidades do interior do Tocantins, que conta com uma rua separando as casas.

Um dos elementos estruturais que permanece até os dias atuais na cultura Xerente é o faccionismo, que provoca a multiplicação das aldeias. Schroeder (2006) ressalta que essa multiplicação ocorre por meio da cisão pela formação de facções internas, cujas lideranças estimulam a formação de novas aldeias ou como uma forma de obter mais recursos junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). As aldeias se apresentam com duas facções em disputa, a que perder, se retira e funda uma nova aldeia. A aldeias reúnem várias famílias que têm algum grau de parentesco entre si, o núcleo central pode ser um pai com os filhos, um sogro com os genros, entre outros. Para atestar a capacidade do cacique é importante buscar alguns benefícios para a aldeia, como uma escola, rádio, poço, água encanada, professores, agentes de saúde, etc. (SCHROEDER, 2006).

Sobre a cosmologia Xerente, ainda inerente à narrativa e ao modo de vida dos Akwẽ, Silva (1994) esclarece que ela está relacionada com a ordem e movimento do mundo, pois explica o mundo. O cosmos é concebido entre os povos da família Jê como ligado a várias humanidades, sendo a subterrânea, a terrestre, a subaquática, a celeste. O Sol e a Lua deixam seu legado na terra. Silva (2015) aponta que é a tríade mitológica Sol, Lua e Estrela, que organiza os afazeres cotidianos dos Akwẽ-Xerente: “os dias em que a lua aparecia deveriam ser dedicados à pesca, nos dias de sol à caça e nos dias da estrela todos deveriam se dedicar a ensinar e aprender” (p. 546).

A cosmologia do povo Akwẽ-Xerente relaciona-se ao envolvimento natureza e cultura: “os Seres humanos e não humanos estão em relação cotidiana e todas as formas de conhecer são resultados dessa interação” (SILVA, 2015, p. 545). Araújo (2016) ressalta que, para eles, o cosmo está dividido em terra (*tka*), onde vivem os homens e alguns animais; o céu (*hêwa*), onde vivem as estrelas e outro povo; e o mundo subterrâneo (*tkakamô*), onde vivem os animais ferozes.

Essa relação cosmológica foi percebida na atual pesquisa de campo quando um ancião, ao falar sobre sua forma de caçar, explicou que cada animal tem seu dono, disse que são as fazendas de cada animal. Para caçá-los, os indígenas devem ter permissão de seu dono. Ele disse que conversa muito com o dono do veado-campeiro, por ser o que costuma caçar, mas outros indígenas têm costume de conversar com outros donos de fazendas, como o porcão. Ele explicou que o porcão veio do mundo subterrâneo, que não é daqui:

> Antigamente... o porcão não é daqui não... ele veio lá de baixo... isso aí é pra contar história demais... mas nós o índio pensou que era tatu mesmo... mas não era não, era índio... daí foi caçar e achou aquele tatu... cavou reto mais pra cá... aí o indio passou direto... mas o tatu ficou de lado. Lá embaixo tem índio também (ENTREVISTA 1).

Ao indagarmos sobre como são organizadas as fazendas, ele explicou que são divididas por porções de terras ou água, como são divididas as fazendas dos brancos. Analisamos que essa forma de organização mostra muito respeito pela natureza e animais em que vivem nela, uma vez que ele explicou que para os indígenas, os animais são indígenas também e merecem o mesmo tratamento. Essa forma de pensamento também é abordada por Brum (2021, p. 99):

> Quando um indígena diz que o rio é seu avô, significa que é seu avô mesmo – e não uma expressão naif, ingênua, que corresponderia a um povo na "pré-história da civilização", como acreditam alguns luminares da ignorância. Ao contrário. Esse modo de compreender a vida e o lugar de cada um nela é bastante mais complexo. Diz respeito a uma outra forma de se relacionar e de estabelecer trocas com todos os outros seres – trocas não monetárias nem monetizáveis, cabe ressaltar.

Esse ancião explicou ainda que quando estava caçando muito veado-campeiro, o dono dos veados chamou ele para conversar, disse que estavam ficando poucos, que ele poderia comprar mais para sua fazenda, mas que era bom diminuir a caça por um tempo. É relacionado a isso que precisamos refletir a maneira que nós (não-indígenas) lidamos com o mundo para amenizarmos o impacto que a busca desenfreada pelo lucro tem provocado no meio ambiente e nas culturas. Davi Kopenawa, em sua luta de defesa pela floresta e consequentemente sua casa, já apresentava reflexões sobre o impacto na floresta amazônica por meio do garimpo ilegal, e como isso estava deixando sequelas no povo Yanomani e no seu sistema alimentar:

> Comeremos o quê, então? Quem irá nos alimentar se não tivermos mais roças nem caça? Certamente não os brancos, tão avarentos que vão nos deixar morrer de fome. Devemos defender nossa floresta para podermos comer mandioca e bananas quando temos barriga vazia, para podermos moquear macacos e antas quando temos fome de carne. Devemos também proteger seus rios, para podermos beber e pescar (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 391).

A LÓGICA DESENVOLVIMENTISTA E O IMPACTO ENTRE OS AKWẼ-XERENTE

A relação do povo Akwẽ com o Estado brasileiro é permeada por muitos conflitos. O intuito do Estado era de pacificação e catequização dos indígenas para integração na sociedade. Grande exemplo dessa relação é a Carta Régia de 5 de setembro de 1811 que concedia vantagens a quem se estabelecesse às margens do rio Tocantins, reforçava sobre a pacificação dos indígenas, permitia ocupação do território Xerente e legalizava a guerra aos grupos tribais (GIRALDIN; SILVA, 2002). Os Xerente eram considerados como um problema nacional, os discursos das autoridades da época pontuavam sobre a necessidade de impor um limite de habitação abaixo de Lajeado, afirmavam ainda sobre a crueldade dos Xerente, pois, não "cediam" suas terras (GIRALDIN; SILVA, 2002; DE PAULA, 2000; SCHROEDER, 2006; ARAÚJO, 2016).

A região do norte do estado de Goiás, atual Tocantins, pela presença indígena, era considerada hostil ao desenvolvimento e, na perspectiva dos agentes do estado, essa hostilidade

precisaria ser superada: "são inúmeras as referências à necessidade de se combater a selvageria dos 'silvícolas' do norte de Goiás" (SILVA, 2010, p. 151).

Já em 1879, os Xerente estavam mais ligados à agricultura, à pesca, à caça, à criação de gado e à navegação, frequentavam escolas e, gradualmente, estavam abandonando as ações guerreiras contra os não indígenas. Eles conviviam com missionários católicos e batistas que passavam pela redondeza e, em razão do convívio com os brancos, eles aprenderam muito sobre seus costumes. Os Xerente somaram, adquiriram e fundiram aos seus costumes as estratégias de vivência política e social dos "brancos" (DE PAULA, 2000; GIRALDIN; SILVA, 2002).

Todavia, a relação dos Akwẽ-Xerente e os não indígenas é marcada por lutas, tensões, violência e mortes. A ocupação dos territórios indígenas pelos gados dos fazendeiros da região agravou o conflito entre os Akwẽ-Xerente e os não indígenas. Silva (2015), ao abordar sobre o processo de demarcação das Terras Indígenas, explica que os fazendeiros e autoridades locais sempre afirmavam que os indígenas atrapalhavam o desenvolvimento local. O autor enfatiza que "é comum encontrarmos entre os habitantes de Tocantínia pessoas reclamando de ter perdido muito dinheiro porque não foram indenizadas" (SILVA, 2015, p. 191). Sendo que ao traçar o histórico dos registros das aldeias Xerente, Silva (2015) percebeu a redução do território ao longo dos tempos.

Os Akwẽ-Xerente, durante muitas décadas, viveram um processo de cercamento de seu território. Esse processo é marcado pela instalação de fazendas de gado nos territórios indígenas, com o acesso facilitado pela construção de rodovias e surgimento de cidades. Os projetos direcionados ao desenvolvimento econômico foram intensos no período da ditadura militar, implantados pela FUNAI. Chegaram ao povo Xerente na década de 1980, fazendo com que eles relacionassem sua segurança alimentar com os resultados desses projetos (ARAÚJO, 2016).

No tocante a essa fase desenvolvimentista, iniciada na conjuntura do Pós-Guerra, Araújo (2016) mostra que trouxe uma integração da realidade brasileira com a cultura modernizante. Em razão disso, foram construídas as grandes usinas, os açudes, as numerosas indústrias e a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). No governo de Getúlio Vargas houve a Marcha para o Oeste, visando colonizar as áreas do centro-oeste brasileiro para ampliar o mercado interno. No governo de Juscelino Kubitschek iniciou-se a construção da rodovia Belém-Brasília como parte de seu plano de metas, o qual previa vários empreendimentos, como a construção da nova capital. As terras "sem donos" deveriam ser ocupadas. Nessa conjuntura, vários novos povoados começaram a surgir, cercando cada vez mais os Akwẽ-Xerente.

Um projeto que impactou diretamente os Xerente é a hidrelétrica de Lajeado. Araújo (2016) aponta que a construção da hidrelétrica vem da lógica de investimento e inserção de novos territórios brasileiros na economia. A Usina Hidrelétrica de Lajeado - Luís Eduardo Magalhães foi a primeira hidrelétrica privada construída com auxílio de recurso financeiro público, e teve como receita o valor de 170 milhões de reais, com isso, 20% da energia produzida seria destinada ao estado do Tocantins, e 80% destinada ao mercado nacional. O orçamento previsto para a obra foi no valor de 1,2 bilhões de reais. A construção da usina faz parte do plano de desenvolvimento integrado ao sistema energético de Tucupiruí – PA e Serra

da Mesa – GO (ARAÚJO, 2016). Os empreendimentos hidrelétricos trazem uma melhor qualidade de vida para a população não indígena, entretanto, provocam impactos sociais e ambientais para os povos indígenas:

> As UHEs estão causando diversos impactos às populações indígenas, notadamente as da Amazônia. Dentre eles, podemos citar a perda de terras, de territórios de caça, de aldeias, de mananciais de pesca e de outros recursos naturais. Quanto aos outros efeitos, há também a desorganização social, a transferência de habitat, a prostituição, as doenças venéreas, a desnutrição, as epidemias (ARAÚJO, 2016, p. 89).

Os Akwẽ-Xerente sofreram os impactos causados pela obra e passaram a demandar algum tipo de compensação pelas transformações que passariam a enfrentar. Para Araújo (2016) e Santos (2015), a construção da barragem traz consigo uma nova realidade para os indígenas, uma vez que a usina passou a controlar o fluxo natural do rio e alterou o cotidiano de vida do povo Xerente, no tocante principalmente à segurança alimentar.

Os estudos para implantação da UHE tiveram início na década de 1990 e os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) foram feitos pela Themag Engenharia, sob contrato com a Companhia Energética do Tocantins (CELTINS). Com isso, representantes indígenas, Investco e FUNAI assinaram o termo de compromisso para a construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), cuja execução se deu a partir de 2002. O PROCAMBIX foi desenvolvido embasado nos resultados do Diagnóstico Etnoambiental das Terras Xerente e Funil, financiado pela Investco no ano 2000 e teve o objetivo de diminuir impactos ambientais diretos e indiretos junto aos indígenas, em decorrência da construção da hidrelétrica. Por meio do programa esperava-se compensar impactos ambientais e preparar os indígenas para inserção e adaptação à nova realidade posta pelo desenvolvimento, envolvendo a comunidade indígena em todas as etapas do processo.

No projeto foram indicados os principais problemas causados pelo empreendimento: alterações no ecossistema, intervindo nos processos produtivos e culturais dos Xerente; redução da capacidade produtiva da comunidade, com a perda das roças de vazante; comprometimento dos níveis de segurança alimentar; redução da produção de proteína animal, principalmente pescado; aumento da pressão de não indígenas no entorno das TIs; reordenamento da ocupação territorial; aumento do fluxo de não indígenas pelo uso das estradas.

O PROCAMBIX, no entendimento de Lima (2016), foi desenvolvido para indenizar os Xerente e foi apresentado com o propósito de levar desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental por meio de diversos programas. Dividiu a aplicação do recurso de R$ 10 milhões em dezesseis parcelas semestrais a serem pagas em oito anos, corrigidas pelos índices inflacionários do período de 2002 a 2009. O montante pago chegou aos dez milhões e cento e cinco mil reais, sido utilizado na implementação de projetos em distintas áreas, como aborda a autora:

> Dentre os projetos voltados para a cultura destaca-se a construção da casa da cultura Akwẽ-Xerente para incentivar a produção e comercialização e exposição do artesanato e difusão da cultura dos Akwẽ-Xerente. Vários projetos apresentavam

> como finalidade garantir renda e alimentação para a população Akwẽ-Xerente. Dentre eles, destacou-se a implantação de projetos de agricultura mecanizada, em substituição à roça de toco, para o plantio de arroz, feijão, milho e mandioca e ainda a possibilidade de comercialização da produção excedente. Outro projeto orientado foi o da inserção de animais domesticados pelos não índios, como a criação de gado e de galinhas, além da implantação de projetos de pisciculturas (LIMA, 2016, p. 160).

Santos (2015), ao falar sobre a participação dos indígenas no programa, ressalta que foi criado um Conselho Gestor, tido como órgão máximo do PROCAMBIX. O conselho era formado por seis representantes indígenas, sendo eleitos pelas lideranças das áreas divididas pela FUNAI, seis representantes de instituições públicas e privadas (FUNAI, INVESTCO, MPF, NATURATINS, IBAMA) e um representante da sociedade civil, que variou ao longo do desenvolvimento das ações PROCAMBIX. Com base nisso, a seleção dos representantes indígenas sempre foi carregada de tensão, uma vez que a organização social Xerente tem como característica o faccionalismo. Os diferentes grupos nunca chegavam a um consenso, os indígenas questionavam sobre os representantes estarem querendo beneficiar as regiões em que moravam.

Lima (2016) afirma que as manifestações dos indígenas sobre os projetos foram de não terem conseguido levar adiante os mesmos, devido aos custos de manutenção. Pontuaram que os projetos não se relacionavam com o modo de vida e as práticas culturais deles. Com o fim do PROCAMBIX, os indígenas continuaram sofrendo as transformações ambientais causadas pela usina, assim como o avanço da urbanização e agronegócio na região.

O PROCAMBIX, a exemplo de outros programas de compensação no Brasil, está inserido em uma lógica desenvolvimentista, em que a despeito dos prejuízos sociais, culturais e ambientais causados pelos grandes projetos de desenvolvimento, propõe intervenções descontextualizadas da realidade e do protagonismo das comunidades impactadas. Desse modo, os projetos de desenvolvimento, embora tragam no discurso o propósito de superar o atraso das regiões pouco desenvolvidas, na prática, ampliam os impactos ambientais e sociais que causaram. Em virtude disso, em certa medida, os projetos de desenvolvimento afetam os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, resultando em fome, doenças, pobreza, etc. As teorias do desenvolvimento parecem não perceber os grupos étnicos nas sociedades, não preocupando com os fatores culturais e sociais, e sim priorizando a homogeneização da cultura do consumo em massa.

A compensação ambiental, conforme os estudos de Lima (2016), não reverte o prejuízo material e imaterial dos Akwẽ-Xerente, e ameaça a sobrevivência e a continuidade em seus territórios. A autora apresentou dados que constatam divisões/expansão, formação e/ou reorganização das aldeias no período de implementação dos projetos. Em consonância, Araújo (2016) também aponta que com o fim do Programa, verificou-se o aumento de aldeias, que antes eram 34 e, em 2016, já são 81 aldeias.

Para Araújo (2016), as áreas onde foram realizadas as roças mecanizadas estão degradadas, necessitando de um projeto de reflorestamento, além da caça e a pesca estarem escassas. Essa autora afirma que uma das principais fontes de renda dos indígenas advém do Programa Bolsa Família (PBF). Outra fonte de renda é a venda de artesanato, que apresenta

alguns problemas na comercialização, com desvalorização do preço dos produtos. Outro fato é a diminuição do capim dourado, assim como a ausência de políticas de fomento, tornando a atividade limitada.

A SITUAÇÃO ALIMENTAR DOS AKWE- XERENTE E O IMPACTO NA SAÚDE

Como constatado em pesquisa anterior, os impactos econômicos, sociais e culturais que os empreendimentos de desenvolvimento implantados na região onde habitam o povo Xerente, afetaram consideravelmente o modo de vida dos indígenas (BRAGA, 2019; BRAGA; DA SILVA, 2021).

As pesquisas realizadas entre os Xerente indicam que eles estão em situação de vulnerabilidade alimentar com a incorporação de alimentos industrializados em seu cotidiano alimentar, provocando um alto índice de adoecimento crônico, como destaque para doenças como obesidade, hipertensão e diabetes. Essa problemática perpassa por algumas alterações históricas: ascensão dos projetos de agricultura e pecuária na redondeza das TIs; os projetos de desenvolvimento implantados na região, principalmente a construção da UHE de Lajeado, com seu Programa de Compensação Ambiental; e, o acesso ao dinheiro, seja por meio do trabalho assalariado ou pela inclusão do PBF (ARAUJO, 2016; LIMA, 2016; ROCHA et al. 2016; SILVA; GRÁCIO, 2020; SCHMIDT, 2022).

A expansão do agronegócio próximo às TIs tem alterado a diversidade de frutos típicos do cerrado e contaminado a terra, o ar e a água com o uso de agrotóxicos. Além disso, cabe aqui ressaltar que a circulação de pessoas próximo às TIs resulta na diminuição da caça, causada também pelo “cercamento” das fazendas próximas, levando os indígenas a adquirirem carnes nos açougues da cidade de Tocantínia, alterando assim os hábitos alimentares tradicionais (ARAUJO, 2016; ROCHA et al. 2016; SILVA; GRÁCIO, 2020; SCHMIDT, 2022).

A UHE de Lajeado mudou o fluxo do rio, não permitindo mais o plantio tradicional nas chamadas vazantes e causou a diminuição da pesca, sendo o peixe uma das principais proteínas consumida pelos Akwẽ-Xerente. Além disso, o PROCAMBIX impôs mudanças nas práticas tradicionais dos Xerente que refletem em toda essa problemática atual, o incentivo às técnicas modernas de plantio afetaram o plantio tradicional das “roças de toco”. O projeto trouxe como referência a agricultura mecânica, considerando que a UHE afetaria as vazantes do rio, impossibilitando as roças de toco. Desse modo, afetou a segurança alimentar do povo Xerente, assim como sua reprodução cultural (ARAUJO, 2016; LIMA, 2016; ROCHA et al. 2016; SILVA; GRÁCIO, 2020; SCHMIDT, 2022).

Na pesquisa de campo em andamento já podemos identificar que o consumo de alimentos industrializados ricos em açúcar está bem elevado. Na aldeia Porteira tem um mercadinho que os produtos anunciados (escritos na parede) são: pipoca, bolacha recheada e refrigerante; nas oito entrevistas realizadas, todos informaram que consomem refrigerantes ou sucos em pó. Quando perguntamos sobre o motivo de mudança na alimentação, muitos afirmaram que está relacionado a dificuldade em fazerem roças, devido à alteração das vazantes:

> [...] eu acho que mudou porque antigamente não tinha barragem. A barragem atrapalhou o adubo na terra, não dá mais pra fazer Vazante. A terra não produz mais como antes... só mandioca. Agora outros... como melancia, melão não... milho até que vai ainda (ENTREVISTA 5).
> [...] é pela falta de roça... Até porque quando eu falo de roça, não é porque a gente não quer fazer... É porque não presta mais a terra... não presta mais a terra... Desde quando teve a usina hidrelétrica, acabou... Não nasce mais... Não dá... a terra cai... a gente plantava macaxeira, abóbora, melancia, milho a gente plantava, a gente plantava até arroz e agora não tem. Os nascentinhos fora do rio é... já ta tudo seco... a onde tem a terra boa, não existe mais... A terra agora é tudo dura (ENTREVISTA 7).

O poder de compra, a circulação de dinheiro na aldeia e o consumo como mudança no estilo de vida também transformaram as práticas alimentares dos Akwẽ-Xerente. Os indígenas estão inseridos no PBF, assim como também vendem artesanato e trabalham na cidade, contribuindo para o acesso a alimentos industrializados. Os alimentos, as coisas materiais e os hábitos do povo da cidade chamaram a atenção dos Xerente desde o início do contato, além disso, a incorporação de práticas comerciais nas aldeias favoreceu ainda mais a aquisição de "coisas da cidade" e alimentos industrializados (ARAUJO, 2016; LIMA, 2016; SCHMIDT, 2022).

Brum (2021) explica sua visão sobre os efeitos da inserção de indígenas no Bolsa Família. Para ela, o programa fez bem às mulheres que puderam comprar no comércio de Altamira-PA, entretanto, alterou o modo de vida dos indígenas da região que antes tinham uma economia baseada na troca passou a ser movida por desejos de consumo:

> A entrada do país oficial os lançou no mundo dos programas federais, já que eles não tinham dinheiro regular nenhum, o que os colocava automaticamente na condição de pobres. Assim, aqueles que viviam em outros termos, existindo na floresta e pela floresta, passaram a experimentar uma renda mensal (BRUM, 2021, p. 159).

O programa Bolsa Família não foi pensado para a população indígena, conforme a análise de Brum (2021); sua implementação deveria ser pensada juntamente com eles ou por profissionais que ao menos conhecessem a realidade amazônica. A ida aos bancos e repartições públicas, perplexa por dificuldades, fez com que a cidade e suas mercadorias fizessem parte do cotidiano deles:

> Não se vai à cidade e ao mundo capitalista da cidade sem que essa experiência altere profundamente o modo de vida, a alimentação, as doenças, o lazer e também os desejos, que passaram a ser os de consumo. De repente, também as crianças beiradeiras do Riozinho viraram adolescentes, uma palavra e uma experiência que antes não existiam (BRUM, 2021, p.159).

O Bolsa Família, assim como outros programas sociais, foi pensado para pessoas pobres que moram na zona urbana, os povos indígenas ou povos-floresta, termo usado por Brum (2021), não deveriam ser inseridos nessa lógica, o programa deveria ter outra vertente de inclusão de povos que vivem em contextos socioculturais diversos:

> A marca da pobreza presente nas doenças novas – como obesidade, diabetes, hipertensão – que faziam vítimas na floresta é apenas a ponta de uma longa cadeia de hábitos de consumo de baixa renda. Até o tempo passou a ser contado de outra maneira, já que é preciso planejar a ida ao banco todo mês, e a idade passa a assinalar o direito à aposentadoria (BRUM, 2021, p. 160).

Além disso, cabe aqui uma problematização apresentada por Brum (2021), essas políticas, programas, projetos, etc. se "tornaram novos instrumentos da conversão de povos-floresta em pobres. E, assim, mais um instrumento de desmatamento da Amazônia e de deflorestamento das genes amazônicas" (p. 161). Os povos-floresta não cabem no binômio pobre/rico, para eles, ser rico é não precisarem de dinheiro e pobre é ter que trabalhar quando o patrão quer. A riqueza, para eles, está na natureza, em poder pescar ou colher para comer, na natureza eles têm tudo o que precisam. Agora quando vão para a cidade, precisam de dinheiro para comer, isso é ser pobre.

Conforme os dados de estudo anterior (BRAGA, 2019), os Xerente já consumiam alguns alimentos industrializados antes mesmo do Bolsa Família. Alguns outros programas sociais como a distribuição de cestas básicas e até mesmo o contato permanente com os não-indígenas possibilitaram essa inserção de alimentos industrializados no cotidiano desse povo.

O alto consumo de produtos industrializados é considerado pelos próprios Xerente como a causa de fraqueza corporal e adoecimento crônico. Foi constatado que o maior índice de óbitos na aldeia Salto Kripe e aldeia Porteira tem relação com o aumento de doenças crônicas. Outra questão apresentada é sobre o aumento do lixo nas aldeias, pois as embalagens dos produtos industrializados são poluidores ambientais. O acesso aos produtos industrializados, seja por meio do dinheiro, ou doações de cestas básicas, favoreceu para a mudança dos hábitos alimentares, todavia, a indisponibilidade de terras e o esgotamento de recursos naturais tem sido uma das grandes questões sobre essas mudanças (ROCHA et al. 2016; SCHMIDT, 2022).

Os Xerente costumam comprar os mesmos alimentos de uma dieta ocidental, como o arroz, feijão, açúcar, frango, carne, farinha, banana, temperos como sal e óleo. Os alimentos são preparados em um fogão no chão ou fogão a lenha. Alguns compram gás, mas outros consideraram-se estar em uma posição privilegiada do que as pessoas da cidade, pois podem cozinhar em fogão a lenha, enquanto as pessoas da cidade têm que comprar gás, que está bem caro. Eles não falam abertamente sobre o consumo de refrigerantes, bolachas ou coisas doces, pois, já foram informados sobre os malefícios desses produtos alimentícios, mesmo tendo alguns relatos que afirmam o consumo elevado (BRAGA, 2019).

No estudo de Schmidt (2011), os indígenas já identificavam o consumo de óleo, sal, café e bebida alcoólica como fatores relacionados ao aparecimento de doenças. A autora afirma que a comida tradicional dos Akwẽ-Xerente era composta por carne de caça, peixe, frutos do cerrado, plantio de mandioca, banana, feijão-andu, croatá, inhame, bacaba. Eles costumavam comer mandioca em forma de grolado, beiju e farinha. O leite animal não era consumido por eles, o mingau das crianças era feito dos alimentos da roça, como inhame, bacaba e abóbora. Com o contato com povos de outras culturas, o consumo de sal, açúcar e café já está incorporado em seus hábitos alimentares. Eles costumam criar galinhas, mas dificilmente comem; eles preferem deixar os ovos para alguma ocasião especial. Assim, em relação à alimentação atual:

"se constitui basicamente de arroz, que pode ser acompanhada de peixe, caça, gado, e a farinha de puba" (p. 54).

A pesquisa de Schimdt (2011) mostrou que os valores em mudança são decorrentes de vários fatores, como o consumo incentivado pelas propagandas veiculadas pela televisão (presente em quase todas as casas); o acesso ao dinheiro, seja por meio da empregabilidade ou de aposentadoria, ou de programas sociais ou da venda de artesanatos, que possibilita a compra de produtos industrializados; e, até mesmo por meio da merenda escolar, que transforma o gosto alimentar das crianças indígenas. Com base nisso, a insegurança alimentar do povo Akwẽ-Xerente está associada a toda essa problemática, pois, mesmo tendo acesso ao alimento, esse nem sempre é de qualidade. Como forma de resistência a isso, Schimdt (2022) afirma que o repasse dos costumes tradicionais para os mais jovens, como a coleta de frutos e o plantio das roças pode trazer esperança para a garantia da segurança alimentar desse povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar dados sobre a realidade e vulnerabilidade alimentar do povo Akwẽ-Xerente, que tem relação direta com o avanço de projetos de desenvolvimento nos arredores das TIs; alterando o modo de vida dos indígenas; prejudicando a continuidades das roças; e trazendo prejuízos para a saúde desse povo; nos deparamos com a obra de Kopenawa e Albert (2015), com um alerta sobre a situação dos povos indígenas. É válido destacar que os povos indígenas sempre sentiram primeiro o impacto da devastação das florestas e meio ambiente, mas nós (os não-indígenas) também já estamos sentindo:

> O Brasil? – O Brasil, na imagem tão bela e melancólica de Oswald de Andrade, já foi "uma república federativa cheia de árvores e gente dizendo adeus". Hoje, ele está mais para uma corporação empresarial coberta a perder de vista por monoculturas transgênicas e agrotóxicas, crivada de morros investidos em buracos desconformes de onde se arrancam centenas de milhões de toneladas de minério para exportação, coberta por uma espessa nuvem de petróleo que sufoca nossas cidades enquanto trombeteamos recordes na produção automotiva, entupida por milhares de quilômetros de rios barrados para gerar uma energia de duvidosíssima 'limpeza' e ainda mais questionável destinação, devastada por extensões de floresta e cerrado, grandes como países, derrubadas para dar pasto a 211 milhões de bois (hoje mais numerosos que nossa população de humanos). Enquanto isso, a gente... Bem, a gente continua dizendo adeus – às árvores (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 18).

Enquanto nós, não-indígenas, não pararmos para ouvirmos a experiência com a terra que os indígenas podem repassar, vamos continuar a vivenciar os efeitos da devastação da terra, como nas palavras de Davi Kopenawa: "O pensamento dos brancos é cheio de ignorância. Eles não param de devastar a terra em que vivem e de transformar as águas que bebem em lodaçal!" (p. 329).

Para Lopes (2023), o peso do desmatamento das amazônias e outros biomas do Brasil já está sendo sentido por toda sociedade brasileira, uma vez que a Amazônia Legal ocupa cerca de 60% do território nacional. Desse modo, "a alteração do regime de chuvas e temperatura nas amazônias implicam em mudanças importante na disponibilidade de chuvas, erosão, assoreamento dos rios, lagos, igarapés, alagamentos" (LOPES, 2023, p. 276).

A esperança que tínhamos de um futuro com menor impacto relacionado às mudanças climáticas eram as unidades de conservação e Terras Indígenas que temos em nosso país, porém, na visão de Lopes (2023), elas não podem garantir a manutenção do ambiente amazônico; por meio de imagens de satélites, o professor explica que essas terras servem como "uma espécie de 'muralha' que nos ajudou a deter um processo de rapina ordinário e egoísta conduzido pelos mais capitalizados e ávidos por ganhos máximos" (p. 276); todavia, esse espaço tem cada vez mais sendo invadido e apropriado para o avanço do agronegócio, sem o discernimento de que "a floresta em pé vale mais que pasto utilizado para especular no mercado de terra" (p. 276). Isso remete às falas de Davi Kopenawa sobre a ignorância dos brancos:

> Essa política não passa de falas emaranhadas. São só as palavras retorcidas daqueles que querem nossa morte para se apossar de nossas terras. Em muitas ocasiões, as pessoas que as proferem tentaram me enganar dizendo: "Sejamos amigos! Siga o nosso caminho e nós lhe daremos dinheiro! Você terá uma casa, e poderá viver na cidade, como nós!" Eu nunca lhes dei ouvidos. Não quero me perder entre os brancos. Meu espírito só fica mesmo tranquilo quando estou rodeado pela beleza da floresta, junto dos meus. Na cidade, fico sempre ansioso e impaciente. Os brancos nos chamam de ignorantes apenas porque somos gente diferente deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, porque querem ignorar a morte (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 390).

Cabe aqui mencionar que a preservação e garantia de demarcação das Terras Indígenas não só apresenta benefícios para as etnias, mas garantem a redução de impactos ambientais que estamos vivendo; por isso é tão importante a não aprovação do Projeto de Lei do Marco Temporal, considerando ainda que o avanço e invasão das Terras Indígenas sempre foi permeado de tristes histórias de extermínio, trágicos contatos e remoções forçadas como exemplo temos o povo Araweté, do Pará; os Rikbktsá, do Mato Grosso; os Avá-Canoeiro do Araguaia, do Tocantins, entre outros[3]. E qual seria nossa saída desse caminho para o fim do mundo? A lógica seria a mudança de pensamento e ideologia dominante, aprendermos com os povos originários a lógica de manutenção da vida, conforme nos apresenta Brum (2021, p. 198):

> Me parece que o único caminho é se florestar. O futuro não está no Velho Mundo, na Europa, nem nos Estados Unidos, essa superpotência em queda, tampouco na China, a superpotência em ascensão. Mas no sempre novo Velho mundo das comunidades originárias que resistiram a todos os dominadores por séculos e se compreendem e vivem como parte orgânica da Terra.

Dentro dessa linha de pensamento, muitos povos apresentam novas propostas alternativas ao modelo dominante, apontando para uma chamada transição, superação e emancipação. Uma dessas alternativas, intitulada de Bem Viver, foi construída pelos povos altiplanos dos Andes, sendo interpretada como vida boa e viver bem (respeitar a vida). O "Bem Viver" é fundamentado nas demandas por igualdade e justiça social, dialogando com povos e suas culturas, conhecimentos e modos de vida (ALCANTRA; SAMPAIO, 2017).

[3] Ver mais em: https://www.socioambiental.org/

O Bem Viver apresenta três correntes, a primeira – indigenista e pachamamista – foi representada por líderes indigenistas ligada a real tradução de vida boa e viver bem; já a segunda corrente – socialista e estadista – é vinculada aos problemas ambientais e reivindicações dos povos indígenas; a terceira corrente – pós-desenvolvimentista e ecologista - é representada por intelectuais progressistas latino-americanos e europeus com ligação aos movimentos sociais vinculados ao ecologismo. Resumindo, o Bem Viver visa amenizar os impactos sobre os recursos naturais, rompendo com a concepção de que os recursos são inesgotáveis, questionando esse padrão produtivista e consumista em que o mundo é organizado. É uma forma de pensar e atuar de povos originários que convida a repensar o próprio conceito de progresso (ALCANTRA; SAMPAIO, 2017).

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566 Acesso em: 06 mar 2024.

ARAÚJO, R. N. de. **Os Territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwe-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado.** 2016. 212f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). PPG/UFC, Fortaleza, CE, 2016.

AZEVEDO, E. De; RIBAS, M. T. G. de O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 29, p. 241-251, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/VKtkrfjVQVV6rtkHV8YDPJg/?lang=pt#:~:text=Julga%2Dse%20importante%20promover%20a,agentes%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20fen%C3%B4meno. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRAGA, C. A. M. **Políticas públicas e povos indígenas:** Uma análise do impacto do Programa Bolsa Família entre Os Akwẽ-Xerente. 2019. 107 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

BRAGA, C. A. M.; DA SILVA, R. P. O Programa Bolsa Família entre os povos indígenas: o impacto entre os Akwe Xerente. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 1, p. 105-127, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38829. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. **LEI Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRUM, E.. **Banzeiro òkòtó:** Uma viagem à Amazônia centro do mundo. Companhia das Letras, 2021. 448p.

DE PAULA, L. R.. **Dinâmica faccional Xerente:** esfera local e processos sociopolíticos. 2000. 352 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS/USP, São Paulo, SP, 2000.

GIRALDIN, O.; SILVA, C. A. da. Ligando Mundos: relação entre xerente e a sociedade circundante no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, p. 1-16, 2002.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2019. 768p.

LIMA, L. G. B. **Os Akwẽ–Xerente no Tocantins:** território indígena e as questões socioambientais. 2016. 320 f. Tese **(**Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). PPGGH/USP, São Paulo, SP, 2016.

SANTOS, I. de J. P. Amazônia ou Amazônias ?: devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas no Brasil - Entrevista Especial com o Professor Doutor Luis Otávio do Canto Lopes. **Revista De Políticas Públicas**, 27(1), 274–277, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.15. Acesso em: 24 nov. 2023.

NIMUENDAJU, C. **The Serente** (transl. by Robert H. Lowie). Los Angeles: Southwest Museum (Frederick Webb Hodge Anniversary Publication Volume IV), 1942. 103 p. (tradução Gutemberg Raposo e Odair Giraldin).

ROCHA, T. E. da S.; SILVA, R. P. da; NASCIMENTO, M. M. do. Mudanças dos hábitos alimentares entre os Akwen Xerente. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, p. 96-100, 2016. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/6451. Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, M. M. dos. Além dos impactos: reflexões sobre licenciamento ambiental e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. In: SILVA, Reijane Pinheira da. **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 201-218.

SCHMIDT, R. **"Nossa cultura é pequi, frutinha do mato"** [manuscrito]: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwẽ. 2011. 128 f. Dissertação de mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás). Goiânia, GO, 2011.

_____. **Sistema agroalimentar e (re)existência:** 'mitos', discurso político e produção acadêmica Akwẽ-Xerente. 2022. 230 f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2022.

SCHROEDER, I. **Política e Parentesco nos Xerente**. 2006. 303 f. Tese de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Departamento de Antropologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, SP, 2006.

SILVA, A. L. da. Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil: Breve Introdução. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 75-82.

SILVA, C. A. da. Os xerente e suas lutas em defesa de sua luta por terra. In: SILVA, Reijane Pinheira da. **Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos.** Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 179-200.

SILVA, R. P. da. O índio negado e o índio desejado: a "pacificação" dos indígenas na construção da identidade do Tocantins. **Tellus**, ano 10, n. 19, p. 145-162, jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/222. Acesso em 02 fev 2019.

SILVA, R. P. da; GRÁCIO, H. R. O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwe-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade. **PRACS:** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 13, n. 2, p. 131-144, 2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNIFAP-1_78ee6b09c9cafe393fb06920920ccab8. Acesso em: 24 abr. 2023.

HISTÓRICO
***Submetido*:** 15 de março de 2024.
***Aprovado*:** 11 de julho de 2024.
***Publicado*:** 19 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Cássia Araújo Moraes Braga
Doutoranda e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Serviço Social pela UFT. Assistente social no Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO). Palmas, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Quadra Ae 310 Sul, Av. NS 10, S/N - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77021-090.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2804-8546
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0985283131237992
E-mail: cassia_moara@hotmail.com

Reijane Pinheiro da Silva
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atuando no curso de Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Quadra 109 Norte Av. NS-15, ALCNO-14. Plano Diretor Norte. CEP: 77001-090.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0636-9795
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0565922256384104
E-mail: reipinheiro@mail.uft.edu.br

Reilane Carvalho Machado dos Santos
Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista CNPq, Palmas, Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Quadra 109 Norte Av. NS-15, ALCNO-14. Plano Diretor Norte. CEP: 77001-090.
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-9363-6000
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3452411660784641
E-mail: reilane.machado@mail.uft.edu.br

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

BRAGA, C. A. M.; DA SILVA, R. P.; DOS SANTOS, R. C. M. A lógica de desenvolvimento, impacto ambiental e a atual situação alimentar dos indígenas Akwẽ-Xerente. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12699, 2024.